

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA

INTERNA – RAINT

EXERCÍCIO/2015

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – RAINT 2015

Elaborado pela Auditoria Interna da Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON, em cumprimento as Instruções Normativas N°. 01 de 03 de janeiro de 2007 e N°. 07 de 29 de dezembro de 2006, da Controladoria Geral da União (CGU).

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	4
2.	DESCRIÇÃO DAS AÇÕES REALIZADAS.	
2.1	Consolidação da Auditoria Interna na cultura da empresa.....	4
2.2	Auditorias realizadas.....	5
2.3	Síntese das principais constatações/recomendações.....	5
3.	IMPLEMENTAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES	
3.1	Determinações e Recomendações do Controle Externo.....	11
3.2	Recomendações dos Órgãos de Controle Interno.....	16
3.3	Decisões e Recomendações dos Conselhos de Administração e Fiscal.....	19
3.4	Auditoria Independente	19
3.5	Demandas recebidas	20
4.	RELATO SOBRE A GESTÃO DE ÁREAS ESSENCIAIS	20
5.	FATOS RELEVANTES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA OU ORGANIZACIONAL	
5.1	Gestão Estratégica.....	20
5.2	Riscos.....	21
5.3	Política de Compliance.....	21
6.	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E DE CAPACITAÇÃO.....	22

1 – INTRODUÇÃO

A Auditoria Interna da EMGEPRON, em conformidade com os procedimentos contidos nas Instruções Normativas nº 01/2007 e 24/2015, da Controladoria-Geral da União (CGU), que estabelecem o conteúdo e as normas de elaboração e acompanhamento da execução do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN, apresenta o presente Relatório de Atividades referente ao exercício de 2015, onde constam os resultados dos trabalhos de auditoria executados nos diversos Setores e Áreas de Gestão da Empresa.

As atividades desenvolvidas foram norteadas pelo Plano Anual de Atividades de Auditoria de 2015 (PAINT 2015).

2 – DESCRIÇÃO DAS AÇÕES REALIZADAS

2.1 – Consolidação da Auditoria Interna na cultura da empresa

A Auditoria Interna da EMGEPRON, foi criada em FEV/2012, quando foi indicado pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração (RCA/004-2012), um empregado para o cargo de Auditor Interno. A partir desta data, iniciou-se o trabalho de implantação do setor e da sua consequente inserção na “cultura” da empresa.

Na avaliação da Auditoria, os dois últimos exercícios (2014 e 2015), foram importantes para que o setor aperfeiçoasse a sua atuação, agindo de forma mais organizada e objetiva, buscando melhorias na qualidade dos seus trabalhos, no oferecimento de juízos de valor e nos reportes efetuados a Alta Administração e aos gestores.

Essas melhorias qualitativas foram resultantes do amadurecimento do Setor, que buscou a cada trabalho, agregar valor aos processos examinados.

Em 2015, consolidou-se um modelo de monitoramento das providências adotadas pelos setores auditados, permitindo auferir o atendimento das constatações apresentadas. Esse acompanhamento permite afirmar que tem sido agregado valor às operações da Empresa, propósito principal das Auditorias Internas.

Destaca-se ainda, a revisão do Manual de Compliance e a participação da Auditoria, no assessoramento do Grupo Gestor de Riscos da Empresa.

Em suma, considera-se que foi um ano de avanços significativos para a consolidação da Auditoria Interna como ferramenta de assessoramento à Alta Administração.

2.2 – Auditorias realizadas

No exercício de 2015 não houve nenhum processo de Auditoria Especial.

Em cumprimento ao PAINT, foram realizadas as Ações de Auditoria abaixo, gerando constatações e recomendações:

- . Área: RH – Macroprocesso: Programa RVA dos Dirigentes.
- . Área: Obtenção – Macroprocessos: Licitações e Contratos.
- . Área: RH – Macroprocesso: Programa de PLR dos Empregados.
- . Área: RH – Macroprocesso: Folha de Pagamento.
- . Área: Patrimônio - Macroprocesso: Patrimônio da SEDE.
- . Área: Financeira - Macroprocesso: Despesas das OM/OMPS.

Apresenta-se abaixo, de forma consolidada, as principais constatações/recomendações resultantes de cada trabalho.

2.3 Síntese das principais constatações/recomendações

2.3.1 Relatório de Auditoria nº 01/2015 – Avaliação do RVA dos Dirigentes

Atividade realizada: Foram examinadas as regras do Programa de RVA aprovado; as avaliações da Diretoria Executiva, realizadas pelo Conselho de Administração; os pagamentos efetuados (sistema corporativo); as planilhas de controle; e as Demonstrações Financeiras ratificadas pela Auditoria Independente, a luz das metas estabelecidas no Programa RVA aprovado.

Execução: 19 FEV a 03 MAR de 2015.

Recursos Humanos: Equipe orgânica de Auditoria Interna

Resultado:

Essa auditoria teve como foco verificar os pagamentos efetuados aos dirigentes, referentes ao RVA anterior (2013/2014) e o alcance das metas estipuladas no RVA 2014/2015, para pagamento em 2015.

Em relação ao RVA dos Dirigentes para o período de 2013/2014 verificou-se que os valores remuneratórios foram pagos dentro dos limites estabelecidos no Programa.

Foram avaliados os alcances das metas estabelecidas no Programa RVA 2014/2015 e recomendado que o pagamento seja efetuado dentro das metas atingidas.

Foi recomendado que sejam avaliadas as causas que impactaram no alcance de uma meta não atingida plenamente.

Foi recomendado que todos os indicadores constantes do programa sejam aferidos de forma rotineira, no decorrer do exercício, permitindo assim, um acompanhamento tempestivo da sua evolução e, se for o caso, a adoção de medidas julgadas pertinentes.

A Auditoria Interna foi plenamente atendida.

2.3.2 Relatório de Auditoria nº 02/2015 – Avaliação do PLR dos Empregados

Atividade realizada: Essa auditoria teve como foco verificar:

- Se os requisitos estabelecidos pelo DEST-MPOG, para pagamento da PLR referente ao Exercício, foram atendidos;
- O grau de atingimento das metas corporativas e individuais estabelecidas no Programa e seus impactos; e
- A conformidade dos pagamentos efetuados aos empregados.

Foram examinados os documentos, reportes e as autorizações que tramitaram entre os atores envolvidos na sistemática: Marinha do Brasil, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – DEST, Ministério da Defesa – Coordenação e Organização Institucional, Ministério da Fazenda – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a EMGEPRON; para a constituição do programa aprovado e dos valores distribuídos aos empregados.

Foram examinados os documentos submetidos pela Diretoria, apreciados pelo Conselho Fiscal e aprovados pelo Conselho de Administração, relativos ao Programa de PLR.

Por meio de testes substantivos e de avaliações objetivas, verificou-se a conformidade dos pagamentos efetuados, a título de PLR, e o grau de alcance das metas individuais e coletivas estabelecidas no Programa.

Execução: 27 /MAI a 26/JUN de 2015.

Recursos humanos: Equipe orgânica de Auditoria Interna

Resultado:

Em relação aos pagamentos relativos à distribuição da PLR, confirmou-se que os mesmos foram realizados em harmonia com as regras estabelecidas no programa e, com relação a distribuição destes, constatou-se que foram observados os limites impostos pelo DEST-MPOG e o valor aprovado pelo Conselho de Administração.

A Auditoria Interna foi plenamente atendida.

2.3.3 Relatório de Auditoria nº 03/2015 – Avaliação das Despesas das OM/OMPS (Sistemática)

Atividade realizada: Avaliar a gestão das aquisições e contratações efetuadas pelas OM/OMPS.

Foi verificada a conformidade, o registro e o processamento dos Títulos de Crédito (TC);

Buscou-se, como resultado dos trabalhos:

- uma maior eficiência na gestão;
- verificar se as despesas realizadas estão em conformidade com a legislação;
- avaliar se houve a formalização necessária nas aquisições e contratações efetuadas pelas OM/OMPS;
- identificar riscos e propor recomendações que contribuam para a minimizar os impactos, em caso de ocorrência.

Execução: 10 JUL a 06 AGO/2015.

Recursos humanos: Equipe orgânica de Auditoria Interna, acrescida de uma auditora integrada.

Resultado:

De um modo geral, a sistemática funciona a contento e, como aspecto positivo, ressalta-se que o gerenciamento dos recursos das OMPS/OM é efetivo e realizado satisfatoriamente, em rotina interna do Departamento Financeiro.

Todos os TC referentes aos processos examinados, estão consubstanciados em processos licitatórios regulares e devidamente registrados no COMPRASNET.

Foram efetuadas recomendações no sentido de:

- formalizar e reforçar alguns aspectos relativos a forma de encaminhamento dos TC, padronizando esse canal de comunicação;
- reforçar a disseminação junto às OMPS/OM, de um conjunto de regras, que padronizem e reforçem a prestação das informações necessárias, a observância da legislação e o cumprimento do rito formal preconizado pela MB; e
- formalizar um “modelo padrão”, unificando a forma e o conteúdo dos lotes que encaminham os TC.

Posteriormente, a Auditoria Interna, assessorou o Departamento Financeiro no estabelecimento dessas ações, que foram devidamente disseminadas e formalizadas.

2.3.4 - Relatório de Auditoria nº 04/2015 – Avaliação da Gestão do Patrimônio da Sede

Atividade realizada: Foram avaliados os documentos normativos, a metodologia e os controles internos que orientam a Gestão do Patrimônio.

Foram examinados os registros no Sistema BENNER – Módulo Suprimentos e os controles e inventários regularmente realizados no presente exercício.

Também foram examinados os itens existentes em estoque e as condições de estocagem desses itens.

Foram realizadas entrevistas com os empregados responsáveis pelo recebimento, tratamento e pagamento dos processos examinados.

Execução: 10 SET a 25 SET/2015.

Recursos humanos: Equipe orgânica de Auditoria Interna

Resultado:

Essa Auditoria teve como foco avaliar a qualidade do gerenciamento do patrimônio da EMGEPRON, na Sede, verificando se as atividades referentes ao recebimento, armazenagem, controle e distribuição de materiais estão em conformidade com a legislação vigente.

Foram efetuadas recomendações pontuais:

- em relação a governança e a segregação de funções, foi recomendado evitar que o mesmo empregado efetue o recebimento e a certificação do material para estoque, concomitantemente com a tarefa de supervisionar e fiscalizar essa atividade, que lhe é subordinada, para aumentar a eficácia e a efetividade da fiscalização intercorrente;
- em prol da melhoria da qualidade de trabalho e da governança do setor, foi recomendada a reavaliação da estrutura, a fim de estudar e propor o redesenho desta.
- foi recomendado que se promova o aumento da conscientização dos deveres e responsabilidades dos empregados designados Encarregados de Incumbência, para que estes controlem e acompanhem as movimentações dos materiais sob a sua responsabilidade;
- que o setor responsável pelo Patrimônio, dê ciência, oriente e estabeleça prazos a todos os Responsáveis por Incumbências que possuem itens discrepantes e, principalmente, aos que possuem itens não encontrados, para que os mesmos cumpram os procedimentos previstos na Norma de Procedimento que trata do assunto;
- que sejam redistribuídas as incumbências que, em quantidade excessiva, permanecem sob a responsabilidade do mesmo Responsável, atribuindo, preferencialmente, as responsabilidades a outros usuários que habitem, ou tenham vínculo funcional com essas incumbências; e

- que se “destinem” os itens inservíveis no almoxarifado, com a validade expirada, ou sem registro de validade, retirando-os do almoxarifado, além do que se estabeleça uma rotina, onde, regularmente, sejam verificadas as validades dos materiais em estoque.

Permanece o acompanhamento das constatações.

2.3.5 - Relatório de Auditoria nº 05/2015 – Avaliação da Folha de Pagamento

Atividades realizadas: Foram examinados os processos de verificação da folha de pagamento ocorridos em 2015 (JAN a SET) e avaliada a sistemática de verificação da folha.

Foram realizadas entrevistas com os empregados responsáveis pela operação da folha e pelos lançamentos em Escritórios do RH.

Foram examinados os documentos atinentes às verificações e à sistemática.

As verificações foram efetuadas de duas formas distintas: na primeira, foram examinados os pagamentos efetuados no exercício de 2015 e a operação da Folha. Na segunda forma, foi verificada a efetividade da conferência mensal da Folha, efetuada pelos Relatores designados.

Os trabalhos de auditoria concentraram-se na análise, por amostragem, de:

- a) Pastas funcionais de empregados;
- b) Folhas de Pagamentos Analíticas e Relatórios de: Horas Extras Pagas; Horas Extras Excedentes; Horas Extras registradas; Adicionais de Periculosidade e de Insalubridade; Registros de Ponto; Adicional Noturno, etc;
- c) Relatório de empregados demitidos (Relação que compõem o SISAC-TCU);
- d) Relatório de empregados admitidos (Relação que compõem o SISAC-TCU);
- d) Escalas, listagens, controles e informações e outros documentos obtidos junto aos responsáveis.

Execução: 06 OUT a 02 DEZ/2015

Recursos humanos: Equipe orgânica de Auditoria Interna

Resultado:

Concluiu-se que a sistemática, ora em implantação, onde é realizada uma verificação adicional pelos relatores, necessita de aperfeiçoamento e de ações de controle para que ela se torne mais efetiva, gerando recomendações, no sentido de:

- apurar mais detalhadamente a concessão e pagamento de horas extras de sobreaviso para duas empregadas lotadas em um Escritório do RH;

- aperfeiçoar essa sistemática de verificação da Folha de Pagamento, mitigando os riscos e estabelecendo um controle preventivo da mesma. Recomendou-se ainda, estabelecer normas de procedimentos e instruções técnicas definindo que verbas podem ser implantadas e quem possui alçada para tal, nos Escritórios do RH;
- intensificar a fiscalização intercorrente, definindo e formalizando quais alterações na Folha devem ser previamente examinadas e autorizadas, e quem de direito, possui essa competência para autorizar pagamentos. Nessa ótica, foi recomendado, também, que o RH fortaleça o controle preventivo;
- aperfeiçoar o registro da frequência no Sistema de Ponto dos empregados lotados em Projeto;
- estudar a adoção de ações periódicas para coibir a realização horas extras (HE) diárias, excedentes ao permitido na legislação (CLT); e
- estabelecer dispositivo para que as verificações da Folha, ocorram religiosamente dentro de rotinas normatizadas e estabelecidas; e sejam concluídas e reportadas, imediatamente, após a verificação.

A Auditoria Interna monitora constantemente o atendimento das recomendações.

2.3.6 - Avaliação das Licitações e Contratos

Atividade realizada: O principal objetivo dessa auditoria foi proceder a análise da conformidade das licitações e afastamentos realizadas em 2015 e dos contratos em vigor, de maior materialidade.

Também foi verificado o cumprimento das normas internas e da legislação pertinente, avaliando ainda, a eficácia e a eficiência dos controles internos existentes sobre os mesmos.

Execução: 10/DEZ/2015 a 22/JAN/2016.

Recursos Humanos: Equipe orgânica da Auditoria Interna.

Resultado:

Foram efetuadas recomendações para:

- que a Apreciação Jurídica ocorra em fase anterior à homologação e a assinatura do Contrato, independentemente da urgência que a contratação requer, mesmo que causada por fato superveniente, omissão, ou mesmo por falha administrativa, para que se evite a vulnerabilidade administrativa na organização dos processos, que podem ser objetos de questionamentos pelos Órgãos de Controle;

- que o setor responsável e a fiscalização de um contrato específico, relativo a um serviço de engenharia na FAJCMC, insira no processo de afastamento de licitação, informações e documentos que atribuam a conformidade necessária ao processo.

Verificou-se que, de um modo geral, os processos e contratos examinados estão bem instruídos e adequadamente formalizados, controlados e arquivados.

Auditoria efetuada ao final do exercício. O monitoramento será efetuada no próximo exercício.

2.3.7 Monitoramento contínuo das providências adotadas para sanear as constatações apontadas pela Auditoria Interna da EMGEPRON e pelo CCIMAR.

Atividade realizada: Efetuado o Monitoramento das providências adotadas para atender as recomendações desses Órgãos de Controle Interno.

Execução: JAN a DEZ/2015

Recursos Humanos: Equipe orgânica de Auditoria Interna.

Resultado: Efetuado o acompanhamento das providências adotadas pelos setores auditados, acerca das constatações apontadas nos relatórios das auditorias. O monitoramento dessas ações é contínuo e dinâmico e vem trazendo bons resultados, pois os setores, em regra, são colaborativos.

2.3.8 Elaboração do RAINT 2014 e do PAINTE 2016

Atividades realizadas:

Para a confecção do RAINTE 2014, foram consolidadas as informações referentes ao exercício de 2014, sendo o mesmo, apresentado ao Conselho de Administração, em Reunião Plenária ocorrida em MAI/2015.

O PAINTE 2016 foi elaborado com base na análise individualizada de Áreas e Macroprocessos, tendo como base, uma avaliação matricial de riscos. Após a sua elaboração, ele foi submetido a Diretoria Executiva e ao Centro de Controle Interno da Marinha (CCIMAR). Posteriormente o Plano, foi aprovado pelo Conselho de Administração, na última Reunião Plenária, ocorrida em NOV/2015.

3 – IMPLEMENTAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES

3.1 Determinações e Recomendações do Controle Externo

3.1.1 Processo TC 018.270/2013-1/SECEX-RJ/TCU

Trata de Auditoria Operacional realizada nas Auditorias Internas (AI) e nos Controles Internos de 23 instituições que compõe a clientela da SECEX-RJ-TCU (localizadas no Rio de Janeiro).

Descrição da deliberação:

Recomendar à Unidade de AI da EMGEPRON que:

9.23.1 – promova a qualificação de pessoal nas áreas de fiscalização de obras, fiscalização de TI e Análise e Construção de Indicadores;

9.23.2 – fomente a prática de realizar entrevista de abertura de auditoria, para apresentar os objetivos a serem alcançados pela fiscalização, e entrevista de fechamento de auditoria, com o propósito de informar os achados de auditoria identificados.

9.44 - dar ciência a EMGEPRON e várias outras instituições (8), que a submissão dos atos de nomeação, designação, exoneração ou dispensa dos dirigentes das suas Unidades de Auditoria Interna, devem estar de acordo com o parágrafo 5 do Art 15 do Decreto 3.591/2000.

9.46 – Determinar que a EMGEPRON e várias outras instituições (21), apresentem ao TCU, no prazo de 180 dias, a contar da publicação deste acórdão, plano de ação para implementação das recomendações acima efetuadas.

Esse Processo, foi levado a plenário em 02/04/2013, resultando no Acórdão nº 821/2014.

Fruto dessa auditoria, foram adotadas as providências cabíveis, ficando pendente de atendimento apenas o item 9.23.1. Em 2014 foram qualificados auditores nas áreas de fiscalização de Obras e de Auditoria em Tecnologia da Informação. Em 2015 pretendeu-se capacitar auditor na área de análise e construção de indicadores. No entanto, em razão de severas restrições financeiras, adiou-se para o Exercício de 2016.

3.1.2 – Levantamento da Governança de TI – Evolução positiva

O TCU, rotineiramente, vem efetuando levantamentos de avaliação da Governança de TI de toda a Administração Pública Federal. Esses levantamentos, são realizados em ciclos específicos. Até o momento foram efetuados os levantamentos dos Ciclos 2010, 2012 e 2014.

No Levantamento de Governança de TI – ciclo 2014, 372 organizações foram avaliadas e classificadas nos seguintes segmentos da Administração Pública Federal:

- 1) EXE-Dest, abrangendo as empresas públicas federais e as sociedades de economia mista;
- 2) EXE-Sisp, abrangendo as organizações que fazem parte do Sistema de Administração dos

Recursos de Informação e Informática (Sisp);

3) JUD, abrangendo as organizações que integram o Poder Judiciário;

4) LEG, abrangendo as organizações que compõe o Poder Legislativo;

5) MPU, abrangendo as organizações que constituem o Ministério Público da União (MPU); e

6) Terceiro Setor, abrangendo as organizações que não se enquadram em nenhum dos segmentos anteriores.

Essa avaliação é realizada por meio de parâmetros que conduzem a elaboração de um indicador específico de Governança de TI, o **iGovTI**.

Ciclo 2014

A EMGEPRON foi diagnosticada como tendo uma evolução muito positiva na Gestão de TI, onde a empresa saltou do Nível **Inicial**, diagnosticado no Ciclo 2012, para o Nível **Intermediário** (Ciclo 2014), obtendo os seguintes resultados, por segmento, de evolução do **iGovTI**:

Ciclo 2012: Grupo Estatal – **23^a** (de 27), Segmento EXE-Dest – **47^a** (de 56), Geral **287^a** (de 349).

Ciclo 2014: Grupo Estatal – **16^a** (de 34), Segmento EXE-Dest – **29^a** (de 63), Geral **79^a** (de 372).

Está programada, pelo TCU, uma nova revisão, provavelmente em NOV/16, para avaliar o Ciclo 2016.

3.1.5 – Levantamento da Governança de Pessoas

Em MAI/2013 foi encaminhado pelo TCU às organizações públicas federais, para preenchimento, um Questionário para Avaliação de Governança de Pessoal, com o objetivo de obter informações que possibilitassem traçar um perfil sobre a prática de governança de Pessoal. O resultado obtido permitiu que essa avaliação fosse realizada sobre sete quesitos (Liderança da Alta Administração, Alinhamento Estratégico, Gestão de Talentos, etc).

As informações coletadas nesses questionários foram agregadas e consolidadas, permitindo que aquele tribunal pudesse tabular e diagnosticar a governança praticada pela Administração Pública Federal. Em JAN/2014, foi concluído o levantamento e encaminhado a todas as organizações. A EMGEPRON foi avaliada como estando em nível “inicial”.

Até o presente momento não houve avaliação posterior.

Também está programada uma nova avaliação em 2016, a ser realizada pelo TCU.

A Auditoria Interna vem acompanhando as ações.

3.1.6 – Avaliação da maturidade da Gestão de Riscos

Em NOV/2012, foi encaminhado pelo TCU às organizações públicas federais, para preenchimento, um Questionário para Avaliação da Maturidade Organizacional em Gestão de Riscos. As informações coletadas nesses questionários foram agregadas e consolidadas, permitindo que aquele tribunal pudesse estabelecer o “perfil” de risco dessas organizações.

Em DEZ/2013, o levantamento foi concluído sendo consolidado em relatório. A EMGEPRON, a época, foi avaliada como estando em nível “básico” de maturidade.

A Auditoria Interna possui o entendimento que na época dessa avaliação, a Gestão de Riscos ainda era incipiente, pois estava sendo constituído um núcleo dedicado ao assunto e um Comitê específico para desenvolvimento do tema.

Em 2015, a Gestão de Riscos, encontra-se em um estágio mais avançado, pois foram desenvolvidos trabalhos que resultaram na construção de uma Matriz de Riscos, delineando os riscos institucionais atinentes aos processos executados na gestão da empresa.

Avalia-se que essa gestão desenvolveu-se significativamente, pois, a empresa já possui seus riscos elencados e os controles identificados para combatê-los. Todavia, para que ela ganhe em efetividade é fundamental o engajamento do Grupo Gestor, orientando e monitorando as ações.

Verificou-se a preocupação da Administração e o envolvimento dos empregados em aperfeiçoar a Gestão, como um todo, e dotar a empresa uma política efetiva de Gestão de Riscos.

A Auditoria Interna vem acompanhando os trabalhos.

3.1.7 – Avaliação da Governança das Aquisições da Administração Pública Federal

Em AGO/2014, foi encaminhado pelo TCU às organizações públicas federais, para preenchimento, um Questionário para Avaliação da Governança e Gestão das Aquisições. Em decorrência desse trabalho, foram gerados dois Acórdãos (2.328 e 2.622/2015), contendo recomendações a diversos órgãos e entidades. Nesse bojo, foram efetuadas recomendações a SLTI-MP no sentido de que a mesma adote ações e emita orientações às organizações sob a sua esfera de atuação.

Também foi recomendado a CGPAR (e a outros órgãos), que avalie as orientações contidas no

presente acórdão e adote as medidas necessárias à implementação na sua esfera de atuação. Também está programada uma nova avaliação em 2016, a ser realizada pelo TCU.

3.1.8 Avaliação da Governança na Administração Pública – Ciclo 2014.

Em 2014, o TCU distribuiu questionários de autoavaliação para todas as organizações das Esferas Federal, Estadual e Municipal.

O trabalho buscou obter e sistematizar informações sobre a situação da governança pública em âmbito nacional, de modo a identificar pontos vulneráveis que possam merecer maior atenção para aperfeiçoamento.

O questionário de autoavaliação, que deu origem ao trabalho, continha 138 itens de controle de governança pública, aplicados às organizações da administração pública.

Esse questionário avaliou os seguintes quesitos:

- a) Liderança – quesitos inerentes a Pessoas e Competências; Princípios e Comportamentos; Liderança Organizacional e Sistema de Governança.
- b) Estratégia – quesitos inerentes a Relacionamento com partes interessadas; Estratégia Organizacional e Alinhamento Transorganizacional.
- c) Controle - Gestão de riscos e controle interno; Auditoria interna e Accountability e Transparência.

Para avaliar individualmente as Organizações, o TCU consolidou as informações coletadas e as avaliou por meio de um Indicador de Governança denominado de iGGs (Índice Geral de Governança Simplificado).

Posteriormente, essas informações foram consolidadas em relatório e encaminhadas a cada organização, de forma individualizada, para conhecimento e avaliação.

A EMGEPRON foi enquadrada no Segmento: **Outras empresas públicas/Sociedades de economia mista federais.**

Como resultado do trabalho, a EMGEPRON foi classificada no estágio **APRIMORADO**, obtendo os indicadores abaixo para os quesitos avaliados:

Mecanismos	Capacidade	Estágio
Liderança	71%.....	Aprimorado
Estratégia.....	92%	Aprimorado
Controle.....	96%.....	Aprimorado

Índice geral de governança simplificado (iGGs).....83%.....Aprimorado

Para efeito comparativo entre as organizações avaliadas, o TCU agrupou abaixo os resultados médios por segmento afins.

Nível de agregação IGGs médio:

a) Outras empresas públicas/Sociedades de economia mista federais (54 avaliadas) – Capacidade Média Obtida60,0%

b) Outras empresas públicas/Sociedades de economia mista (Federais, Estaduais e Municipais) (146 avaliadas) – Capacidade Média Obtida.... 52,5%

c) Esfera: FEDERAL (380 avaliadas) - Capacidade Média Obtida.... 56%

d) Todos os respondentes (Federais, Estaduais e Municipais) (7770 avaliadas) - Capacidade Média Obtida....43,9%

A EMGEPRON, dentro dos quesitos levantados, foi classificada com iGGs Geral de 83%, considerado muito bom.

Considera-se importante ressaltar os seguintes aspectos sobre o levantamento em si e os resultados indicados:

a) A Empresa possui um Planejamento Estratégico atualizado e contemporâneo, com Objetivos Estratégicos definidos e com Indicadores que são regularmente avaliados;

b) A Empresa possui diversos normativos que orientam a Gestão e disseminam uma “cultura” ética e responsável de Controle por parte dos empregados e atores envolvidos (Manual de Compliance, Código de Ética, Carta de Serviços, Fiscalização de Contratos, Cartilha de Segurança do Trabalho, Gestão de Riscos, etc.); e

c) Historicamente, as organizações ligadas as Forças Armadas, apresentam bons resultados em assuntos ligados a Liderança, a Gestão e ao Controle.

Em 2016 o TCU está conhecendo as práticas das 19 organizações melhores classificadas, entre elas a EMGEPRON, para aperfeiçoar e balizar uma nova avaliação geral, Ciclo 2016, prevista para iniciar em NOV/16.

3.1.9 – Contas do Exercício de 2014

Sendo apreciadas e julgadas pelo TCU.

3.2 Recomendações dos Órgãos de Controle Interno

Não existem recomendações da Controladoria Geral da União (CGU).

A EMGEPRON foi selecionada pelo TCU para ter as suas contas referentes ao Exercício de 2014, examinadas e julgadas. Em razão disso, o CCIMAR realizou uma Auditoria de Avaliação da Gestão, em Maio de 2015.

Ao final (DEZ) de 2015, foi recebido o Relatório, contendo as constatações e recomendações abaixo, decorrentes da auditoria:

Avaliação de Resultados da Gestão:

- Sempre que o dispêndio exceder o programado no PDG, deverá ser efetuada uma nova reprogramação;
- Que as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis contenham todas as informações necessárias a sua compreensão;
- Que em 2015 seja realizada a reavaliação do Ativo Imobilizado da Empresa;

Planejamento e Avaliação do Desempenho:

- Que na próxima revisão do Planejamento Estratégico sejam incluídos aspectos que: Inclua a Missão no Mapa Estratégico do BSC; Reveja as metas já superadas; Inclua metas e indicadores referentes à implementação da Metodologia de Projetos, objetivando aprimorar o acompanhamento das ações estratégicas; Inclua metas e indicadores atinentes à Responsabilidade Social visando alcançar o conceito Triple Bottom Line, etc.
- Que a Metodologia de Gestão de Projetos não foi implementada e necessita de ajustes quanto a; Inclusão de Templates para documentos que compõem o Plano de Gerenciamento de Projetos; Indicação de uma ferramenta para monitoramento de projetos; e Detalhamento do Orçamento do Projeto;

Avaliação dos Indicadores de Desempenho da Gestão:

- Que devem ser elaborados Indicadores atinentes a Responsabilidade Social e que meçam o Desempenho dos Projetos, subsidiando melhor o processo decisório;

Avaliação sobre a Gestão de Pessoas:

- Que apresente informações no Relatório de Gestão, que reflitam exatamente a situação de Pessoal apurada ao final do exercício, incluindo todos os projetos contratantes da Empresa;
- Que visando fortalecer o Controle Interno elabore Normas de Procedimentos relativas às fiscalizações da Folha de Pagamentos;
- Que formalize a designação de funções por meio de Ordem de Serviço;

- Institua controle documental dos benefícios recebidos pelos militares agregados a Empresa;
- Que desenvolva metas para alguns Indicadores Gerenciais de RH, que são apresentados ao Conselho de Administração, permitindo assim, um melhor assessoramento a Tomada de Decisão;

Avaliação da Gestão de Compras e Contratações:

- Que seja instaurado, imediatamente, sempre que observar indícios de não cumprimento do objeto, o processo administrativo, para que seja aplicada a sanção contratual.
- Que em um TJIL, evite utilizar argumentos contraditórios para justificar Inexigibilidade, e inclua Declaração de Exclusividade, ou na impossibilidade, documento que comprove ser o contratado o único fornecedor do objeto. Que também demonstre nos autos o motivo para realizar o pagamento com valor acima do contratado ou justifique, demonstrando nos autos que a alteração de preços está em consonância com os preços praticados no mercado.
- Que em um PE, o Fiscal da Fábrica passe a registrar em livro próprio, todas as ocorrências em relação à execução contratual, e, suas providências com relação as propriedades observadas;
- Que seja efetuada a consulta prévia do CADIN por ocasião da efetivação dos seus contratos;

Avaliação da Gestão de TI:

- Foi sugerido a UPC, que formalize o Processo de Gerência do Catálogo de Serviços e o Processo de Gerenciamento da Continuidade de Serviços de TI, como Norma de cumprimento obrigatório;

Avaliação do Sistema de Controle Interno:

- Foi recomendado que a UPC realize correções no Organograma de forma que ele retrate fielmente a estrutura organizacional;
- Que seja revisto o Regulamento Administrativo e aspectos da organização interna;
- Que seja disponibilizado local exclusivo para arquivo de processos e para trabalho da Comissão de Ética;

Avaliação de Riscos:

- Que elabore Plano de Riscos dos seus projetos, de acordo com as boas práticas do PMBOK;

Informação e Comunicação:

- Que sejam inseridas informações sobre Canais de Atendimento e Canais de Informação na Carta de Serviços e amplie a sua divulgação em murais, site, TV corporativa, etc;

Monitoramento:

- Foi sugerido que seja implementada uma ferramenta avançada de Gestão de Projetos, com recursos que incluam o monitoramento do Programa e da Estrutura Analítica do Projeto, o gerenciamento de riscos, o gerenciamento de custos, alocação de equipes, indicadores, etc;

Acórdão nº 1212/2014 – Plano Brasil Maior

- Que além dos ressarcimentos já obtidos, seja avaliada a pertinência de se efetuar gestões com outras empresas possivelmente beneficiadas com a desoneração da Folha.

A Auditoria Interna observou que os setores responsáveis, estão adotando as providências cabíveis para atender as recomendações efetuadas. A Auditoria Interna segue monitorando periodicamente..

3.3 Decisões e recomendações dos Conselhos de Administração e Fiscal

Em 2014, foi realizada Auditoria nas despesas do PAMSE por recomendação do Conselho de Administração. Essa ação foi realizada e o seu resultado foi apresentado no RAINTE 2014, item 2.2.5.

No PAINT 2016, aprovado pelo Consad, está programada uma nova auditoria no PAMSE.

3.4 Auditoria Independente

Foi realizada Auditoria, nos meses de DEZ/2015 a JAN/2016, pela empresa Contability Assessoria Contábil e Tributária, selecionada por meio de Pregão Eletrônico, objetivando verificar a fidedignidade das demonstrações financeiras relativas ao final do Exercício de 2015.

Os exames foram realizados por meio de testes seletivos, sendo efetuadas recomendações sobre o Sistema Gerencial e Contábil, Estoques, Contas a Receber de Clientes, Tributos, Adiantamento do 13º, Projetos (Adiantamentos e Antecipações), Férias e 13º Salário (Despesa x Passivo), INSS a recolher, PAMSE, Garantias Recebidas e Outras Recomendações.

Ao final dos trabalhos, foi apresentado Relatório, sem ressalvas.

A Auditoria Interna vem monitorando as providências adotadas, decorrentes da citada auditoria.

3.5 Demandas recebidas

No ano de 2015 não houve demandas ou denúncias diretas onde fosse necessária a atuação seletiva da Auditoria Interna.

4 – RELATO GERENCIAL SOBRE A GESTÃO DE ÁREAS ESSENCIAIS DA UNIDADE, COM BASE NOS TRABALHOS REALIZADOS

Todas as informações de que trata o artigo 7º da Instrução Normativa nº. 01, de 03 de janeiro de 2007, estão detalhadas no Relatório de Gestão da Unidade Jurisdicionada (UJ)/2015. O referido relatório, em breve, poderá ser acessado tanto na página da EMGEPRON na internet, quanto no site do TCU.

5 - FATOS RELEVANTES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA OU ORGANIZACIONAL

5.1 Gestão Estratégica

O Planejamento Estratégico em vigor, abrange o período 2015/2020 e apresenta em seu conteúdo, aspectos que evidenciam o esforço realizado pela empresa, no estabelecimento de objetivos estratégicos a serem perseguidos.

De forma positiva, foi observado que o PE é reavaliado sistematicamente e ajustado às necessidades estratégicas da EMGEPRON.

Quanto ao monitoramento dos resultados obtidos na avaliação dos indicadores, verificou-se que o setor responsável pelo acompanhamento e pela consolidação das informações inerentes aos indicadores, a cada aferição (trimestral, semestral ou anual), elabora uma avaliação, por meio de relatório, que consolida as principais informações acerca dos resultados obtidos com as aferições.

Essa avaliação tem o propósito de informar à alta administração, os resultados obtidos nos indicadores e as causas que impactaram, positiva ou negativamente, no atingimento das metas, dentro de uma determinada moldura temporal.

Esses relatórios permitem que a Diretoria e as demais chefias acompanhem os resultados das

aferições e possam, caso necessário, adotar os procedimentos cabíveis para correção de rumos. Considera-se que a empresa possui um PE bem elaborado e em harmonia com os seus objetivos.

5.2 Riscos

A Gestão de Riscos, encontra-se em desenvolvimento e em maturação, todavia, bem encaminhada.

No que se refere a implantação da Gestão de Riscos, as medidas desencadeadas, relativas à implementação de uma metodologia de gerenciamento, foram extremamente benéficas, pois permitiram que os setores conhecessem, de forma mais visível, os diversos riscos ocultos ou parcialmente ocultos, nos diversos processos que permeiam as operações da empresa.

A sistematização de um modelo, por meio de uma Matriz, permitiu que os administradores de cada área, pudessem:

- estimar a probabilidade e o impacto dos riscos associados aos processos sob a sua responsabilidade;
- classificar os controles internos que mitigam esses riscos, quanto a sua implantação; e
- definir, ainda que genericamente, ações para a implantação de controles ainda não implantados.

Já em relação a efetividade, o estabelecimento de Grupo Gestor de Riscos, que tem como tarefa orientar e monitorar as ações dos setores responsáveis, contribuirá para que riscos sejam mitigados com a implantação e a efetivação de controles internos específicos.

Estão previstas novas ações desse Grupo, visando aprimorar a efetividade do trabalho.

A Auditoria Interna assessora o Grupo Gestor nesse aprimoramento.

Ao final de 2016, por ocasião da apresentação do PAINT para o exercício de 2017 ao Consad, será proposta uma ação de auditoria, para verificar a efetividade dos controles internos, que devem atuar na mitigação dos riscos de maior magnitude.

5.3 Política de Compliance

Foi produzido, sob a coordenação da Auditoria Interna, um Manual de Compliance, com o propósito de formalizar e disseminar regras sobre assuntos considerados sensíveis, padronizando e orientando procedimentos e práticas corporativas que contribuam para:

- minimizar a exposição de riscos à imagem da empresa e dos empregados;
- aperfeiçoar o relacionamento entre clientes e fornecedores; e

- definir regras claras, condizentes com a responsabilidade social corporativa da EMGEPRON.
Esse Manual foi revisado e ampliado em 2015, em uma 2ª Edição.

6 – AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E DE CAPACITAÇÃO

Desde a sua ativação, ocorrida em MAR/12, a Auditoria Interna tem encontrado um ambiente favorável, para desenvolver os seus trabalhos. A Administração, em todos os níveis administrativos, tem contribuído, para que a Auditoria Interna se torne um modelo de eficiência em todas as áreas auditáveis.

Em vista disso, a Auditoria Interna, pretende estar plenamente desenvolvida para poder acompanhar e auxiliar para que sejam aperfeiçoados mecanismos de controle que visem à mitigação dos diversos riscos envolvidos, nos complexos processos operacionais na empresa.

Em função do cenário atual, de severas restrições financeiras, o processo de capacitação do setor tem que ser criteriosamente planejado. A capacitação é fundamental para que o setor, no exercício das suas atividades, realize os exames de auditoria com conhecimento, propriedade e responsabilidade.

Em 2015, os integrantes da Auditoria Interna da EMGEPRON, não foram capacitados externamente. Todavia, foram realizados treinamentos internos, específicos, dirigidos para os trabalhos programados.

Rio de Janeiro, em 17 de maio de 2016.

NEY FURTADO DE FARIA

Auditor Interno

ASSINADO DIGITALMENTE